



INTRODUÇÃO

O Bloco de Esquerda está em alta. Depois de três resultados eleitorais positivos (Madeira, Legislativas e Presidenciais) parecem ter ficado para trás as nuvens negras que se foram acumulando de 2011 a 2014.

Três mulheres foram protagonistas nesta espetacular reviravolta do Bloco de Esquerda: Mariana Mortáguia, Catarina Martins e Marisa Matias. Graças a elas, o Bloco passou de um partido em crise para uma força incontornável na sociedade portuguesa.

Alguns camaradas consideram que a importância destas três dirigentes para a projeção do Bloco de Esquerda poderá constituir um travão às tentativas tendenciosas para controlar o Bloco. Ou seja, os tendenciosos precisam delas, porque elas garantem todos os cargos que eles conseguiram e que eles nunca seriam capazes sozinhos.

Pode ser, mas não esqueçamos que, no futuro, não haverá sempre rosas. À mais pequena crise, os tendenciosos voltarão a evidenciar o seu objectivo estratégico, que foi, é e será sempre o mesmo: tomar conta do Bloco de Esquerda.

O que podemos fazer enquanto a situação nos é favorável?

Devemos aproveitar para ampliar a nossa influência junto do povo. Esta só poderá ser alcançada se conseguirmos reforçar a nossa organização, a nossa democracia interna e precisamos, sobretudo, de chegar às pessoas que continuam alheadas da nossa ação política.

Poderemos ter esperança que a direção política sufragada na próxima Convenção dê passos firmes nestas direções?

Se a anunciada aliança entre as duas principais tendências ganhar a Convenção, poderemos contar com mais do mesmo: a alegada «pacificação» do Bloco continuará a ser uma ficção, em que uma tendência escreve o guião, a outra finge acreditar nele e ambas sabem que não confiam uma na outra. E nós, aderentes sem tendência, não aceitaremos ser personagens secundárias nesta peça sem qualidade.

Os problemas do Bloco, estes e outros, não se resolvem com soluções administrativas. Resolvem-se com políticas acertadas na definição do nosso rumo: mais democracia interna, mais organização, mais ligação ao povo e menos, muito menos, tendências.

1. MAIS DEMOCRACIA

1.1. Precisamos de democratizar o funcionamento das estruturas do BE, tendo como método de trabalho a **direção coletiva**.

1.2. A **vontade de protagonismo**, evidenciada por vários dirigentes, é um entrave ao desenvolvimento do nosso projeto coletivo.

1.3. Devemos ser **inclusivos e tolerantes** para com todos os nossos camaradas. Defender com firmeza as nossas convicções não nos deve deixar resvalar para o sectarismo. A democracia implica necessariamente o respeito por quem pensa diferente de nós.

1.4. Temos de ser capazes de **aceitar as decisões coletivas**, mesmo que não estejamos de acordo com elas. Aqueles que se afastaram do BE porque não conseguiram fazer passar as suas propostas

BLOCO DE ESQUERDA - X CONVENÇÃO - MOÇÃO C - BLOCO +

revelaram falta de sentido democrático. É fácil ser-se democrata quando vencemos, mas é na derrota que pomos à prova o nosso espírito democrático.

1.5. Não podemos tolerar graves desvios democráticos, como fraudes eleitorais, compra de votos, uso indevido do voto por correspondência, como aqueles que foram praticados nas eleições concelhias de Matosinhos e do Porto e que, infelizmente, ficaram impunes. Devemos ser firmes em relação a estes comportamentos indignos. Exigimos que, no mínimo, as eleições nesses dois concelhos sejam repetidas.

1.6. Se não houver democracia no nosso funcionamento interno só estaremos a contribuir para afastar muitos camaradas, que não são capazes de suportar atitudes prepotentes e antidemocráticas.

1.7. É inaceitável que todas as opções estratégicas sejam decididas pelas cúpulas das tendências principais, sem que haja qualquer participação e discussão nas bases. Se o Bloco de Esquerda fosse um partido mais democrático haveria sempre uma auscultação, participação e discussão nas bases antes da tomada de posição a nível superior.

A **democracia direta** deveria ser uma bandeira importante no nosso combate político, mas só será credível se começarmos por a aplicar no nosso funcionamento interno.

1.8. Somos a favor do fim ou limitação do **voto por correspondência**, para evitar que sejam cometidas mais fraudes eleitorais.

2. MAIS ORGANIZAÇÃO

O Bloco de Esquerda precisa de se organizar muito mais e melhor para cumprir o papel que lhe é devido.

Só por incapacidade política se explica que 17 anos após a fundação do BE não existam estruturas a funcionar em cerca de metade dos concelhos do país. É indesculpável que passado este tempo todo muito pouco se tenha avançado em termos de criação de Núcleos em milhares de localidades do país, para já não falar nos Núcleos de empresa, que continuam a ser uma miragem.

Para ultrapassar esta situação lastimável, propomos:

2.1. Criação de Comissões Coordenadoras Interconcelhias, de modo que os aderentes de todo o país fiquem organizados em estruturas.

2.2. Criação de novas Concelhias, em todos os concelhos em que haja, pelo menos, 30 aderentes.

2.3. As Comissões Coordenadoras Distritais e Concelhias devem reunir uma vez por mês.

2.4. Dinamização de atividades em diferentes localidades, de modo a incentivar a criação de Núcleos locais e de empresa, sem os quais nunca conseguiremos chegar às pessoas.

2.4.1. Os Núcleos devem eleger um Secretariado, responsável pela condução das atividades entre reuniões e também pelas convocatórias das reuniões plenárias.

2.4.2. O Secretariado deve ser eleito em reunião expressamente convocada para o efeito e por um período não superior a dois anos.

2.5. Realização de menos eventos voltados para dentro e, pelo contrário, privilegiar os eventos voltados para as comunidades onde estamos inseridos. Não precisamos de conquistar os que já estão conquistados.

BLOCO DE ESQUERDA - X CONVENÇÃO - MOÇÃO C - BLOCO +

2.6. O Bloco de Esquerda tem de deixar de ser um partido parlamentar eleitoralista para ser um partido enraizado nas empresas e nas comunidades. O voto eleitoral é volátil, a organização é consistente e duradoura.

3. LUTAS SOCIAIS

As estruturas locais do Bloco devem estar atentas a todas as lutas travadas na sua área de intervenção, quer seja nas empresas, nas escolas, centros de saúde, hospitais, nos bairros, nas autarquias, onde quer que o povo esteja a lutar. Deve apoiar completamente essas lutas, sem tentar controlá-las.

Sempre que possível, as estruturas locais, em contacto com a população e cientes dos seus problemas concretos, podem dinamizar, incentivar e organizar lutas que, às vezes, só precisam de um pequeno «empurrão» para se iniciarem.

Se for necessário, as Concelhias devem pedir apoio à Distrital, que poderá solicitar a presença de deputados responsáveis pela área em questão.

Sempre que for necessário os deputados do Bloco devem interpelar os organismos governamentais no sentido de resolverem os problemas que estiveram na origem desse problema social.

As lutas sociais que têm um carácter local ou concelhio devem ser tidas em conta quando se preparam os programas eleitorais autárquicos.

A maioria das pessoas envolvidas acabará por reconhecer o Bloco como uma entidade em quem podem confiar para os defender.

Finda a luta, as estruturas devem manter sempre um vínculo com o máximo de pessoas que apoiámos anteriormente. Muitos acabarão, naturalmente, por aderir ao Bloco, se forem convidados.

E assim consolidamos o nosso prestígio e enraizamento nessas comunidades.

4. ESTRATÉGIA AUTÁRQUICA

As eleições autárquicas, em vez de funcionarem como um estímulo ao desenvolvimento do BE, têm servido para expor as nossas fragilidades organizativas.

Como temos pouca expressão local, não conseguimos concorrer na maioria das localidades do país e naquelas em que concorremos temos, em geral, resultados muito fracos, o que tem contribuído para a desmobilização de largos setores do BE.

As eleições autárquicas constituem a próxima batalha eleitoral do Bloco. Devemos, desde já, começar a preparação desse processo.

Todas as Concelhias devem começar, desde já, a definir a sua estratégia autárquica, que deve incluir as seguintes etapas:

- 4.1.** Fazer um **levantamento** das situações anómalas existentes em cada concelho e das propostas que temos para as corrigir.
- 4.2.** **Participar nas Assembleias** Municipais e de Freguesia.
- 4.3.** **Ouvir os municípios** e entender os seus anseios e carências.
- 4.4.** Redigir os **programas** para a Câmara e para as Assembleias de Freguesia, envolvendo o máximo de pessoas que for possível e ouvindo também instituições da sociedade civil, como

BLOCO DE ESQUERDA - X CONVENÇÃO - MOÇÃO C - BLOCO +

corporações de bombeiros, coletividades de cultura e recreio e instituições de solidariedade social.

4.5. Usar as redes sociais, para divulgação das nossas propostas e interagir com a população.

4.6. Apoiar e incentivar lutas sociais relacionadas com a má gestão autárquica.

4.7. Apoiar a colocação de **outdoors com temática concelhia** e não apenas com temática nacional, como tem acontecido.

4.8. Redigir artigos de opinião nos **jornais locais**, com especial foco nas questões de interesse autárquico.

4.9. Avançar para a criação de **boletins concelhios**, centrados nas questões autárquicas, especialmente durante a pré-campanha e campanha eleitoral.

4.10. Escolher rapidamente os nossos **candidatos** aos órgãos autárquicos e direção de campanha.

4.11. Não começar a fazer este caminho um ano depois de os outros partidos já o terem percorrido.

Sempre que for possível, devemos tentar fazer **alianças eleitorais** com outras candidaturas, desde que essas alianças sirvam os interesses do Bloco de Esquerda e das populações que queremos servir com dedicação e capacidade de mudança. Não podemos correr o risco de sermos considerados responsáveis pela eleição de um executivo autárquico de direita por causa do nosso sectarismo. **No dia em que a população de um concelho perceber que a Direita ganhou as eleições autárquicas por nossa causa**, nesse dia, é melhor fecharmos as portas e desistirmos de fazer política nesse concelho. Mas isso não será novidade, pois é precisamente aquilo que temos feito, por culpa de uns e por omissão dos outros.

Além disso, precisamos de encarar as eleições autárquicas como um instrumento fundamental para melhorar o nosso trabalho local.

Quando nos envolvemos numa eleição autárquica temos de definir como principal objetivo **fortalecer a nossa organização local**, colocando os resultados eleitorais como uma consequência do esforço desenvolvido no trabalho autárquico.

Se esta questão ficar bem clara não haverá espaço para desilusões pós-eleitorais, a não ser que falhemos no objetivo de aumentar o número de aderentes. Por outras palavras, nesta como noutras eleições, temos de mudar o foco: esqueçamos o eleitoralismo, concentremo-nos na consolidação dos nossos processos organizativos.

5. TENDÊNCIAS

As tendências fazem parte da história do Bloco de Esquerda mas, 17 anos depois, deixaram de fazer sentido.

Os membros das tendências tentam justificar a sua existência, alegando que ela é um reflexo do saudável pluralismo de opiniões e de ideologias. Na verdade, quando um aderente entra para uma tendência, aluga o cérebro à mesma e deixa de se preocupar com questões ideológicas, passando estar mais focado em ocupar cargos ou empregos.

A ideologia de esquerda está bem longe dessas ambições evidenciadas pela generalidade dos membros das tendências, embora com intensidade variável e maior ou menor despudor.

Os dirigentes de uma determinada tendência usam o Bloco de Esquerda como um instrumento ao serviço da sua estratégia política, que não é coincidente com a do BE. Funcionam como um partido dentro do partido e só ficarão satisfeitos quando tiverem tomado o Bloco e o colocarem ao serviço da sua agenda.

BLOCO DE ESQUERDA - X CONVENÇÃO - MOÇÃO C - BLOCO +

Isto acaba por constituir uma dificuldade ao crescimento do BE, pois essa tendência restringe o recrutamento apenas àqueles aderentes que se mostram disponíveis para funcionarem como agentes duplos. É óbvio que as pessoas com caráter não se prestam a este papel e assim se compreende que nas Concelhias e Distritais controladas por essa tendência o oportunismo vá alastrando e tenha deixado de existir espaço político para que os aderentes sem tendência possam ficar. Como resultado, muitos aderentes acabam por se afastar, o que ainda reforça mais a posição dos tendenciosos que, nalguns casos conseguem uma homogeneização quase norte-coreana.

Nas estruturas que ainda não estão controladas por eles, não olham a meios para conquistarem o poder, chegando mesmo a usar métodos fraudulentos, incompatíveis com uma ideologia de esquerda.

As pessoas que não pertencem a qualquer corrente/tendência veem assim o seu espaço de intervenção dentro do BE cada vez mais reduzido. Embora os aderentes sem tendência sejam maioritários acabam por ser subalternizados pelos carreiristas das tendências. Cada vez fica mais insuportável para nós, aderentes sem tendência, sermos tratados como aderentes de segunda. A injustiça é óbvia porque nós somos 100% bloquistas, ao contrário dos tendenciosos que só prestam fidelidade à sua tendência.

Só a nossa unidade e combatividade podem impedir que as tendências sejam um obstáculo ao crescimento do Bloco de Esquerda. As tendências existirão enquanto existirem tendenciosos, mas nós consideramos que elas são inúteis e perniciosas.

6 . POLÍTICA DE ALIANÇAS

Depois do repto lançado por Catarina Martins durante a campanha eleitoral e após os resultados eleitorais, que se saldaram em derrotas para a PàF e para o PS e onde o Bloco de Esquerda foi a única força política ganhadora, não sobrou espaço para outra solução diferente da que acabou por ser encontrada. Entre um governo da PàF e um governo PS apoiado pela Esquerda tornou-se inevitável apoiar esta última solução.

Como dizia Gramsci, devemos ser otimistas na vontade, mas pessimistas na inteligência. Otimistas na vontade, esperando sempre o melhor da nossa intervenção política. Pessimistas na inteligência, prevendo sempre os cenários piores, para estarmos preparados quando eles chegarem.

Neste momento tudo nos corre bem, a estratégia montada pela direção do Bloco tem funcionado, estamos a reforçar a nossa imagem junto do povo. Mas existe uma inevitabilidade que não podemos iludir: as benesses que o PS foi obrigado a conceder-nos irão colidir, inexoravelmente, com as imposições do Tratado Orçamental e contra a enorme barreira da dívida pública.

Chegará o dia em que a finança internacional, sustentada pelos partidos burgueses, voltará a impor as agruras *austeritárias*, deixando de haver espaço para acomodar no Orçamento as propostas da Esquerda.

Nesse dia, poderemos ser forçados a retirar o nosso apoio ao governo do PS, restando-nos a esperança que a perceção popular acolha favoravelmente essa decisão.

Entretanto, devemos aproveitar o momento favorável para nos reforçarmos no plano organizativo e ficarmos assim mais preparados para os tempos mais desfavoráveis, quando eles chegarem.

7. A CRISE MUNDIAL DO CAPITALISMO

BLOCO DE ESQUERDA - X CONVENÇÃO - MOÇÃO C - BLOCO +

A ganância, característica fundamental do capitalismo, levou a burguesia a querer ganhar cada vez mais dinheiro, sem ter necessidade de produzir riqueza. Passou a prevalecer o capitalismo de roleta em que os dados económicos eram viciados para permitir lucros fáceis.

A bolha especulativa acabou por rebentar e desde então a burguesia internacional tem-se atarefado em arranjar formas de remeter para os trabalhadores os custos dos seus roubos.

A burguesia nacional tem seguido a mesma estratégia e, especialmente através dos seus representantes do PSD-CDS, tudo tem feito para destruir as conquistas que desde o 25 de Abril os trabalhadores arduamente conseguiram, ao mesmo tempo que foram intentando de uma forma persistente contra o Estado Social.

A União Europeia, prisioneira de governos de direita ou de governos sociais-democratas que pouco se distinguem da direita, em vez de proteger os cidadãos dos seus estados membros, pelo contrário, aproveita para impor aos países periféricos, mais vulneráveis aos efeitos da crise, medidas de austeridade que apenas têm conseguido agravar a situação económica, aumentar a dívida pública e o desemprego, sem conseguirem controlar o défice.

8. RESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA

A União Europeia, não satisfeita com as medidas *austeritárias* que nos tem impingido, conseguiu que os partidos burgueses subscrevessem o Tratado Orçamental, que garante a austeridade para os próximos 20 a 30 anos.

Como estamos todos cansados de saber, a austeridade perpétua não permitirá fazer investimentos geradores de emprego, a economia não crescerá, o desemprego manter-se-á em níveis insuportáveis, a dívida externa não irá parar de crescer, sorvendo cada vez mais recursos, que serão retirados do Estado Social.

Para escapar a este ciclo infernal de degradação económica e conseqüente degradação das condições de vida dos trabalhadores, será inevitável fazer uma reestruturação da dívida.

Em primeiro lugar, será necessário separar a dívida ilegítima, aquela que foi sendo construída com os roubos promovidos pelos últimos governos, e pagar apenas aquilo que realmente estamos a dever.

Depois, é preciso perceber que só teremos condições de amortizar a dívida quando a economia estiver a crescer. Neste sentido, é necessário fazer investimentos que criem empregos e tragam mais tecnologia para o processo produtivo, de modo a aumentar a mais-valia produzida e sua conseqüente redistribuição nos salários.

Depois do país ficar liberto do garrote da dívida, então será possível restituir tudo o que foi roubado aos trabalhadores e aos reformados, sem pôr em risco a estabilidade das contas públicas.

9. SAIR DO EURO OU PERMANECER?

A entrada de Portugal no Euro foi mal planeada e pior executada.

O país tinha uma economia frágil, que era incompatível com uma moeda forte como o Euro. Perdemos a capacidade de desvalorizar a moeda, mecanismo que permite aumentar as exportações quando uma economia não é competitiva.

Por outro lado, a entrada no Euro permitiu que os juros baixassem e facilitou a aquisição de casa própria por um grande número de trabalhadores.

BLOCO DE ESQUERDA - X CONVENÇÃO - MOÇÃO C - BLOCO +

Além disso, os últimos governos aproveitaram o dinheiro barato para mandarem fazer obras faraónicas, que não correspondem às necessidades reais do país.

Se a entrada no Euro não foi bem implementada, a saída, no presente ou no futuro imediato, iria provavelmente beneficiar a burguesia exportadora, mas seria terrivelmente penalizadora para a generalidade dos trabalhadores. A moeda substituta do Euro iria sofrer uma forte desvalorização, o que significaria que, repentinamente, os trabalhadores iriam perder uma parte significativa do seu salário, equivalente ao valor da desvalorização. Por outro lado, os trabalhadores teriam de pagar pela sua casa muito mais, pois o contrato foi feito em euros e agora teriam de pagar o empréstimo com uma moeda entretanto desvalorizada. Além disso, com a saída do Euro, os juros iriam subir, aumentando ainda mais as prestações da casa.

Estes três fatores iriam provocar um enorme rombo no rendimento dos trabalhadores, o que levaria muitos trabalhadores a entrarem em situação de insolvência. Logicamente comprariam muito menos, o que agravaria a recessão económica. Os bancos iriam quase todos à falência, pois estão muito comprometidos com o crédito à habitação.

Se a saída do Euro, nas circunstâncias atuais, seria muito prejudicial para os trabalhadores e por isso deve ser recusada por nós, num futuro governo de esquerda essa situação poderia vir a colocar-se, mas teria de ser analisada no contexto então existente, tanto a nível nacional como a nível europeu.

Nesta como noutras questões, a correlação de forças ditará as soluções que melhor defendam os interesses dos trabalhadores.

10. SAIR DA UNIÃO EUROPEIA OU PERMANECER?

Somos claramente a favor da permanência de Portugal na União Europeia, embora atualmente ela seja dominada por políticas de direita, decorrentes do facto dessas políticas prevalecerem nos estados-membros.

Cabe à Esquerda Europeia lutar para que a União Europeia seja cada vez mais uma união dos povos e não uma união das burguesias nacionais, como hoje acontece.

11. PORTUGAL FORA DA NATO, NATO FORA DE PORTUGAL

A NATO é uma organização militar completamente subordinada ao imperialismo americano e, por isso, está absolutamente fora de questão amenizar a possibilidade de permanecermos na NATO.

12. NACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS ESTRATÉGICAS E MONOPÓLIOS NATURAIS

Defendemos clara e inequivocamente a nacionalização da EDP, GALP, CTT, REN, ANA. Somos contra a privatização das Águas de Portugal, RTP, TAP, CGD e outras empresas estratégicas.

Todos os bancos privados portugueses já foram intervencionados, o que veio tornar claro que o capitalismo não se adequa a gerir o dinheiro dos outros. O que há pouco tempo parecia difícil tornou-se inesperadamente fácil: exigir a nacionalização de todos os bancos intervencionados, recusando a lógica prevalecente de nacionalizar apenas os prejuízos.

13. JUSTIÇA FISCAL

Para haver justiça fiscal é necessário diminuir a carga fiscal sobre os trabalhadores e reformados e taxar as grandes fortunas. Os ricos que paguem a crise!

14. DO AMBIENTE DEPENDE A NOSSA SOBREVIVÊNCIA

A nossa casa comum corre o risco de ficar inabitável, devido à ganância do capitalismo, que não olha a meios para atingir os seus fins. É preciso pôr um travão às políticas destruidoras do meio ambiente.

Defendemos também a elaboração de uma Carta dos Direitos dos Animais, que deverá consagrar, entre outros, o direito de os animais não serem torturados no espectáculo degradante das touradas.

15. CULTURA

Um povo sem cultura nunca será um povo emancipado. A Direita percebe muito bem isto e tudo fez para desvalorizar a cultura.

Cabe-nos defender o desenvolvimento da cultura popular.

16. ENSINO

Defendemos uma escola pública com qualidade e não apoiamos o investimento público em escolas privadas.

As escolas públicas devem estar onde estão os alunos e por isso não apoiamos os mega agrupamentos escolares, que obrigam os alunos a deslocarem-se a grandes distâncias para terem acesso à escolaridade obrigatória.

Temos de dignificar a carreira docente, pois só poderemos ter uma escola com qualidade se valorizarmos o trabalho dos professores.

Lutaremos com firmeza pela restituição das verbas que foram retiradas à escola pública, pondo em risco a sua eficiência.

Valorizamos a investigação científica e apoiaremos a criação de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento.

17. SAÚDE

Apoiamos o investimento no SNS, com especial incidência na medicina preventiva.

Defendemos a gestão pública dos hospitais públicos, pois a administração de bens públicos tão essenciais não deverá se entregar a empresas que apenas se preocupam com o lucro fácil.

Os centros de saúde, os serviços de urgência e as maternidades do interior do país devem permanecer abertos, porque temos o dever de prestar esses serviços às populações empobrecidas e abandonadas do nosso país. O Bloco de Esquerda deve estar ao lado das populações, nestas e noutras lutas travadas no país profundo.

18. POLÍTICAS ALTERNATIVAS DE ESQUERDA

Para conseguirmos juntar cada vez mais pessoas em torno de nós, precisamos de apresentar propostas que constituam alternativas credíveis às políticas seguidas anteriormente.

BLOCO DE ESQUERDA - X CONVENÇÃO - MOÇÃO C - BLOCO +

Para isso, devemos discutir coletivamente todos os problemas que afligem a sociedade e apresentar propostas claras e exequíveis.

Devemos dar mais expressão socialista às nossas propostas, organizando debates e sessões de esclarecimento em torno de problemas concretos vividos pelo nosso povo, designadamente o emprego, a saúde, a educação, a habitação, os transportes e a água. Através desse esclarecimento precisamos de transmitir a ideia que estes e outros problemas que afetam as pessoas só podem ser resolvidos com um governo de esquerda e com propostas socialistas que sejam exequíveis.

19. CORRUPÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO

Os partidos que há cerca de 40 anos controlam o poder político têm feito tudo para usar este poder em benefício da sua clientela, distribuindo entre si milhares de cargos com regalias que contrastam com os sacrifícios que vão exigindo aos trabalhadores e reformados deste país. O povo vai descrendo cada vez mais no sistema político que permite estas injustiças.

Embora o Bloco de Esquerda tenha defendido sempre posições corretas nesta matéria, a verdade é que essas posições não são conhecidas pelo povo que, cada vez mais, encara o BE como um partido do sistema.

Urge pois usar uma estratégia mais clara e incisiva na denúncia de todas as situações em que as regalias dos políticos se desenvolvem à custa de sacrifícios impostos ao povo.

As **sociedades secretas**, como a Maçonaria, a Opus Dei, o Clube de Bilderberg, suportam os partidos que nos têm governado e, como não são eleitos pelo povo, funcionam como um contrapoder antidemocrático e corrupto. O Bloco de Esquerda tem a obrigação de denunciar esta situação vergonhosa e não consta que o tenha feito.

Ou o Bloco de Esquerda traz o tema da corrupção para o centro do debate político ou entrega essa agenda a todos aqueles que defendem posições antipartidárias.

20. CLASSE OPERÁRIA

Dar prioridade à militância operária, sem a qual não será possível uma verdadeira transformação da sociedade.

Sendo certo que o Bloco de Esquerda não é um partido operário nem tem de sê-lo, não deixa de impressionar que os poucos operários que existem dentro do Bloco estejam praticamente ostracizados e que não haja um esforço de recrutamento no vasto setor operário, que foi muito fustigado pelas políticas criminosas do anterior governo de direita.

Precisamos de lutar contra a tendência que se vem acentuando de transformar o Bloco de Esquerda num partido de pequeno-burgueses para pequeno-burgueses, mais ou menos intelectuais, mas sempre cada vez mais distanciados do nosso povo.

21. JUVENTUDE

A juventude é uma força indispensável em qualquer transformação social. Veja-se o papel importante que desempenhou no derrube do regime fascista e em todo o processo revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril.

Precisamos de dar uma especial atenção aos eventos para jovens, de forma a atraí-los para a luta social.

O Bloco de Esquerda é o único partido relevante que não tem juventude partidária. No entanto, faz falta uma organização estudantil, que devolva à Esquerda maior protagonismo nesse setor importante da sociedade.

BLOCO DE ESQUERDA - X CONVENÇÃO - MOÇÃO C - BLOCO +

Por outro lado, e paradoxalmente, vemos surgir uma entidade denominada **Bloco Jovem** e não percebemos bem a sua existência, já que funciona à margem das normas democráticas e colide com o conceito estabelecido de alegada não existência de estruturas jovens.

22. REFORMADOS

Prestar mais atenção aos reformados, grupo muito numeroso e frágil da sociedade. Durante muito tempo os reformados foram completamente ignorados pelo Bloco, embora representem um importante setor da sociedade. Recentemente foi criado o grupo de trabalho 60+ que, pese embora as suas boas intenções, se tem limitado a organizar reuniões em Lisboa ou no Porto. Sabendo nós que os reformados têm dificuldade em se deslocarem aos grandes centros, só faz sentido que o trabalho a desenvolver neste grupo seja mais descentralizado, a nível das Concelhias e Núcleos.

23. BOLETINS CONCELHIOS

Criar boletins concelhios, que possam servir de eco aos problemas de cada concelho, servindo também para dar mais coesão ao trabalho local.

24. COORDENAÇÃO

Coordenar as diferentes atividades de todos os distritos e concelhos, de modo que os passos positivos dados num determinado distrito ou concelho, possam ser reproduzidos noutros distritos ou concelhos.

25. COMUNICAÇÃO

Usar de um modo mais eficiente os modernos meios de comunicação, de modo a permitir-nos chegar mais perto das pessoas que até agora não conseguimos abordar de uma forma pessoal e direta.

CONCLUSÃO

Só dando passos firmes nestas direções poderemos construir um Bloco mais forte, com mais capacidade de intervenção na sociedade, mais democrático, mais organizado, um bloco livre de tendências, um **BLOCO+**.

SUBSCRITORES (por ordem alfabética):

Adão Campos Júnior A11169 – Porto
Adão Isaque Moreira A10162 – Porto
Albertina Silva A11118 – Porto
Américo Campos A9572 – Porto
Américo Silva A11122 - Porto
Ana Beatriz Sousa A10978 – Porto
António Fernando Rocha A10904 – Porto
António Ferreira A 11123 – Porto
António João Silva A11105 – Porto
Armando Machado A11167 – Porto
Carlos Oliveira A11121 – Porto
Cidália Rocha A10909 – Porto
Cidália Vanessa Moreira A10908 – Porto

BLOCO DE ESQUERDA - X CONVENÇÃO - MOÇÃO C - BLOCO +

Daniel Campos A11117 – Porto
Débora Campos A11247 – Porto
Elias Alves A10899 – Porto
Faustino Campos A 10157 – Porto
Fernando Leal A10902 – Porto
Fernando Moreira A10146 – Porto
Henrique Morais A11116 – Porto
Iria de Lurdes Peixoto A11926 – Porto
Isabel Ferreira A10906 – Porto
Jaime Santos A10152 – Porto
Joana Campos Júnior – Porto
Joaquim Almeida A10161 – Porto
Joaquim Leal A10952 - Porto
José Belmiro Sousa A10379 – Porto
José Filipe Campos A11929 – Porto
José Pedrosa A11119 – Porto
Laurindo da Silva A10386 – Porto
Luís Gabriel Campos A10159 – Porto
Manuel Evaristo Campos A11124 – Porto
Manuel Fernando Moreira A11446 – Porto
Marcos Teixeira A10154 – Porto
Maria Fernanda Rocha A11104 – Porto
Maria Inês Bessa A10155 – Porto
Maria Preciosa Castro A11928 – Porto
Maria Rosa Ferreira A11165 – Porto
Maria Rosa Moreira A10900 – Porto
Maria do Rosário Seabra A11163 – Porto
Maria Sofia Ferreira A11170 – Porto
Marina Neto A111168 – Porto
Mónica Ferreira A10384 – Porto
Olívia Barros A11166 – Porto
Paulo Micael Santos A10979 – Porto
Paulo Roberto Silva A11162 – Porto
Paulo Rocha A10905 – Porto
Paulo Santos A10901 – Porto
Paulo Teles A170 – Porto
Pedro Ferraz A11863 – Porto
Ricardo Soares A11246 – Porto
Ricardo Teixeira A11115 - Porto
Rosa Fonseca A11125 – Porto
Rosalina Ribeiro A11164 - Porto
Susana Campos A10166 – Porto
Vitorino Jorge Santos A11040 – Porto
Zeferino Moreira A11927 – Porto

REPRESENTANTE NA COC:

Paulo Teles A170 – Porto

**BLOCO DE ESQUERDA - X CONVENÇÃO - MOÇÃO C - BLOCO +
MANDATÁRIO DA MOÇÃO:**

Américo Campos A9572